



Joaquim Mattoso Camara Jr.

ESTRUTURA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Camara Júnior, Joaquim Mattoso
Estrutura da língua portuguesa / Joaquim Mattoso
Camara Jr. – 44. ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.

ISBN 978-85-326-0061-5

1. Português – Gramática I. Título.

07-2344

CDD-469.5

Índices para catálogo sistemático:

1. Gramática : Português : Linguística 469.5

 EDITORA
VOZES

Petrópolis

ao contrário, sucede em *fiz* em face de *faz + er*) a marca única da noção gramatical por expressar. Ela entra no vocábulo formal como um reforço, por assim dizer, de um morfema segmental. Assim, um plural como *formosos*, com -ô- tônico aberto (/ð'/) contrasta com o singular *-formoso*, com -o- tônico fechado. Mas, a rigor, o plural se indica essencialmente pelo acréscimo da sibilante pós-vocálica /S/. A alternância dos dois timbres da vogal tônica apenas reforça a oposição que a ausência de /S/ (morfema Ø) e a sua presença criam entre singular e plural.

Não é, porém, uma alternância a ser desprezada na descrição gramatical. Ela auxilia a distinção entre singular e plural e torna a oposição *formoso: formosos* mais nítida do que entre *bolso: bolsos*, por exemplo, em que ela não existe.

Diacronicamente, ela explica a eliminação do morfema propriamente dito, porque o falante confia nela para a clareza da sua comunicação. Antes do português atual com *fiz*, houve uma forma + *fizi*, em que a vogal átona final se esvaiu, porque a alternância *faz + er: fiz(i)* já era bastante nítida para caracterizar a segunda forma⁴.

4. O fenômeno do submorfema é um caso particular de um fenômeno geral na linguagem: a redundância. A língua, como meio de comunicação, não se satisfaz com uma oposição una e simples. Acrescenta outros processos opositivos "redundantes", que reforçam a primeira oposição. É a redundância, que, no plano lexical, explica o pleonasma. As nossas gramáticas normativas o consideram um "vício de linguagem". Mas ele muitas vezes não merece esse "xingamento". É um reforço para maior rendimento da comunicação. Ou, ainda, como o encararam os gregos e latinos na antiga disciplina da retórica, um meio estilístico para dar mais ênfase à enunciação.

IX A classificação dos vocábulos formais

35. Uma vez explicado o que se entende por vocábulos formais (formas livres ou formas dependentes), temos na gramática descritiva portuguesa a tarefa de os distribuir em classes fundamentais.

Isto foi feito para o grego antigo pelo gramático alexandrino Dionísio da Trácia. A sua classificação foi adotada com pequenas modificações em latim e afinal passou para as línguas europeias modernas. É a chamada teoria das "partes do discurso", que, como observou recentemente John Lyons, "merece ser considerada com mais simpatia do que a que tem recebido da maioria dos linguistas nestes últimos anos" (LYONS, 1966: 209). A crítica séria, que se lhe pode fazer, é ser heterogênea em seus critérios e alinhar num quadro único o que na realidade corresponde a uma divisão de hierarquias e sub-hierarquias.

Há, em princípio, três critérios para classificar os vocábulos formais de uma língua. Um é o de que eles de maneira geral significam do ponto de vista do universo biossocial que se incorpora na língua; é o critério semântico. Outro, de natureza formal ou mórfica, se baseia em propriedades de forma gramatical que podem apresentar. Um terceiro critério, que teve muita acolhida na gramática descritiva norte-americana, orientada pela linguística sincrônica de Bloomfield, é o funcional, ou seja, a função ou papel que cabe ao vocábulo na sentença.

O critério semântico e o mórfico estão intimamente associados. "Um signo linguístico, e conseqüentemente também a palavra" (ou, em outros termos, o vocábulo formal), "é, em virtude de sua essência e definição, uma unidade de forma e sentido. O sentido não é qualquer coisa de independente, ou, mais particularmente, não é apenas um conceito; conjuga-se a uma forma. O termo *sentido* só pode ser definido com o auxílio do conceito *forma*" (GROOT, 1948: 439).

Em referência ao português, esse critério compósito, que podemos chamar morfossemântico, parece dever ser o fundamento primário da classificação.

Por meio dele temos uma divisão dos vocábulos formais em nomes, verbos e pronomes. Semanticamente, os nomes representam "coisas", ou seres, e os verbos "processos", segundo a fórmula de Meillet (MEILLET,

1921: 175). A definição tem sido rejeitada pelo argumento filosófico (não um argumento linguístico) de que não é possível separar no universo biossocial os seres e os processos. Alegou-se até que nomes, como em português, *viagem*, *juízo* ou *consolação*, são processos ou até, mais estritamente, atividades. A resposta é que esses vocábulos são tratados na língua como nomes e associados a coisas. A interpretação filosófica profunda não vem ao caso. Trata-se, como se assimilou logo de início neste livro, daquela lógica, ou compreensão, intuitiva que permeia toda a vivência humana e se reflete nas línguas. Deste ponto de vista, podemos dizer, com Herculano de Carvalho, que no nome “a *realidade em si*... pode ser ou não constituída por um objeto físico: será objeto físico, quando o significante for, por exemplo, a palavra *cadeira*, ou *flor* ou *homem*; mas já assim não sucede quando ele é, suponhamos, *humanidade* ou *beleza*” (CARVALHO, 1967: 162).

Por outro lado, a oposição de forma separa nitidamente, em português (como já sucedia em latim), o nome e o verbo. Aquele se pode objetivar por meio da partícula, ou forma dependente, que é o “artigo”, e é passível de um plural em /S/ (além da distinção de gênero). Este apresenta as noções gramaticais, e morfemas gramaticais correspondentes, de tempo e modo, referentes a si mesmos, e de pessoa referente ao seu sujeito, ou ser a que ele é associado como ponto de partida do processo que designa. Enquanto /S/ no nome *cantos* significa plural, o morfema homônimo /S/ em *cantas* indica 2ª pessoa do singular.

Quanto ao pronome, o que o caracteriza semanticamente é que, ao contrário do nome, ele nada sugere sobre as propriedades por nós sentidas como intrínsecas no ser *cadeira* “um tipo especial de móvel para a gente se sentar”, ou *flor* “um determinado produto das plantas”, ou *homem* “um animal racional possuidor de uma “cultura” por ele produzida (ao invés de ser uma mera manifestação da natureza com propriedade de locomoção etc.)”. O pronome limita-se a mostrar o ser no espaço, visto esse espaço em português em função do falante: *eu*, *mim*, *me* “o falante qualquer que ele seja”, *este*, *isto* “o que está perto do falante”, e assim por diante. Também, morficamente, inconfundivelmente se distingue do nome, como apreciaremos mais de perto no capítulo referente a ele.

Em face dessa divisão morfossemântica, a classificação funcional subdivide nomes e pronomes pela sua função na comunicação linguística. Há a função de substantivo, que é a do nome ou pronome tratado como centro de uma expressão, ou “termo determinado”, na terminologia de Bally

(BALLY, 1950: 102). E há a função de adjetivo, em que o nome ou pronome é o “termo determinante” (sempre na terminologia de Bally) e modifica um nome substantivo ou tratado como determinado. Em português, o adjetivo se caracteriza por uma concordância em gênero e número com o seu determinado: *flor branca*, *homem bondoso*, *cadeiras pretas*. Um terceiro conceito tradicional, de natureza funcional também, é o advérbio. Trata-se de um nome, ou pronome, que serve de determinante a um verbo: *fala eloquentemente*, *fala aqui*¹.

Chegamos assim ao seguinte quadro, jogando com os critérios morfossemântico e funcional:

Nome – Substantivo (termo determinado).

Adjetivo (termo determinante de outro nome)

Advérbio (termo determinante de um verbo)

Verbo

Pronome – Substantivo (termo determinado)

Adjetivo (termo determinante de um nome)

Advérbio (termo determinante de um verbo)

36. Restam certos vocábulos (o mais das vezes formas dependentes), cuja função essencial é relacionar uns com os outros, ou entre si, os nomes, os verbos e os pronomes. Estabelecem entre dois ou mais termos uma conexão e podem-se chamar, portanto, os vocábulos conectivos.

A conexão pode fazer de um termo o determinante do outro, à maneira de um adjetivo, quando entre dois substantivos, mas sem o fenômeno da concordância: *flor do campo*, *cadeira de espaldar*, *homem de educação*. É o papel dos conectivos subordinativos. Ou pode apenas adicionar um termo a outro no processo da coordenação; são os conectivos coordenativos, o essencial dos quais é a partícula copulativa *e*; ex.: *flores e cadeiras*, *eu e tu*, *falei e expliquei*.

1. Alguns advérbios têm a função complementar, na língua, de acrescentar uma qualificação a mais a um adjetivo: muito *feliz*, *efusivamente feliz*. Mas tal função não é geral a todos e não deve, ao contrário do que fazem as gramáticas escolares nossas, entrar na definição. Esta deve ser tirada da função essencial de advérbio, que é ser determinante de um verbo.

Em português, os conectivos subordinativos se dividem em preposições e conjunções. As preposições subordinam um vocábulo a outro: *flor do campo, falei de flores*. As conjunções subordinam sentenças. Em outros termos: entre duas sentenças “transformam” uma em determinante da outra.

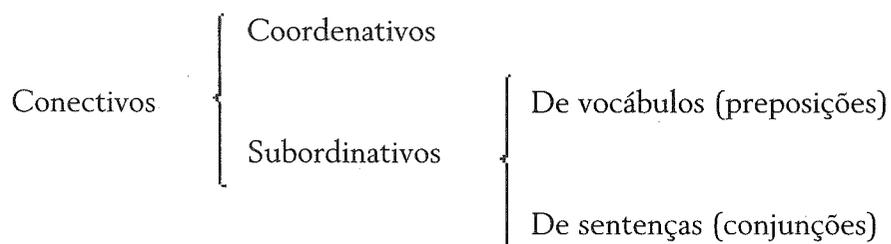
Os vocábulos coordenativos são os mesmos em qualquer dos casos, como vimos acima nos exemplos com a partícula *e*. Outro exemplo: *pobre, mas feliz – zangou-se, mas não tinha razão*.

Os conectivos são em princípio morfemas gramaticais. Pertencem ao mecanismo da língua sem pressupor em si mesmos qualquer elemento do universo biossocial.

Entretanto, há conectivos subordinativos oracionais, ou conjunções subordinativas, que se reportam a um nome ou pronome, cujo lugar substituem na enunciação. Como tais, desempenham na oração em que se acham um papel que caberia a um nome ou pronome. A gramática tradicional os denominou “pronomes relativos” (“pronome” por causa desse papel que desempenham na oração; “relativo”, porque estabelecem uma “relação” entre as duas orações, como conjunção subordinativa); ex.: *aqui está o livro que comprei* (*que = livro* e ao mesmo tempo subordinando a ideia da compra à apresentação do livro no momento).

Naturalmente, esse e outros detalhes serão melhor tratados no capítulo referente à classe dos pronomes.

De qualquer maneira, temos para os conectivos em português o seguinte quadro geral:



X O mecanismo da flexão portuguesa

37. O termo gramatical “flexão” é a tradução do alemão *Biegung* “flexão, curvatura”, introduzido pelo velho filólogo Friedrich Schlegel (1772-1829) no seu livro clássico de 1808, *Sobre a língua e filosofia dos hindus*, para indicar que um dado vocábulo “se dobra” a novos empregos. Apresenta-se em português sob o aspecto de segmentos fônicos pospostos ao radical, ou sufixos. São os sufixos flexionais, ou desinências, que não se devem confundir com os sufixos derivacionais, destinados a criar novos vocábulos.

Já o gramático latino Varrão (116 aC-26 aC) distinguia entre o processo de *derivatio voluntaria*, que cria novas palavras, e a *derivatio naturalis*, para indicar modalidades específicas de uma dada palavra.

O primeiro adjetivo destinava-se a esclarecer o caráter fortuito e desconexo do processo. As palavras derivadas, com efeito, não obedecem a uma pauta sistemática e obrigatória para toda uma classe homogênea do léxico. Uma derivação pode aparecer para um dado vocábulo e faltar para um vocábulo congênere. De *cantar*, por exemplo, deriva-se *cantarolar*, mas não há derivações análogas para *falar* e *gritar*, outros dois tipos de atividade da voz humana. Os morfemas gramaticais de derivação não constituem assim um quadro regular, coerente e preciso. Acresce a possibilidade de opção, para usar ou deixar de usar o vocábulo derivado. Foi ela que sugeriu a Varrão o adjetivo *voluntaria*. Nem todos os verbos portugueses apresentam nomes, deles derivados, e para as derivações existentes os processos são desconexos e variados. Por isso, temos *fala*, para *falar*, *consolação*, ao lado de *consolo*, para *consolar*, *juízo*, para *julgar*, e assim por diante. Nem todos os nomes substantivos portugueses têm um diminutivo correspondente, e os que existem podem ser usados, ou não, numa dada frase, de acordo com a vontade do falante.

Já na flexão há obrigatoriedade e sistematização coerente. Ela é imposta pela própria natureza da frase, e é *naturalis* no termo de Varrão. É a natureza da frase que nos faz adotar um substantivo no plural ou um verbo na 1ª pessoa do pretérito imperfeito. Os morfemas flexionais estão concatenados em paradigmas coesos e com pequena margem de variação. Na língua portuguesa há ainda outro traço característico para eles. É a “concordância”, decorrente na sua repetição, ainda que por alomorfes, nos vocábulos enca-